



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008632-27.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **Edgar Dutra Zanotto**
 Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com a ré contratos para a prestação de serviços de telefonia, bem como que em 26 de setembro de 2014 solicitou o cancelamento de uma das linhas.

Alegou ainda que posteriormente recebeu várias faturas relativas a essa linha já cancelada, não obstante as diversas reclamações que realizou a propósito, inclusive perante o PROCON local.

Salientou que recebeu por fim comunicado da SERASA de que a ré havia pedido sua inclusão em seus cadastros, o que o levou a pagar a fatura correspondente mesmo ciente de que nada lhe devia.

Almeja à restituição em dobro da quantia despendida, à declaração de inexigibilidade dos débitos atinentes àquela linha telefônica e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Mantenho os termos da decisão de fl. 26 para justificar a dispensa da designação de audiência no curso do processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Limitou-se em contestação a asseverar que não houve falha a seu cargo e que as cobranças aludidas na petição inicial encerrariam contrapartida aos serviços utilizados pelo autor.

Refutou, outrossim, que ele tivesse postulado o cancelamento da linha telefônica trazida à colação.

A par dessas alegações, anoto que a ré não se manifestou específica e concretamente sobre os protocolos elencados pelo autor a fl. 02.

Reunia plenas condições para demonstrar que eles não correspondiam ao que foi arguido pelo autor, bastando que amealhasse o seu conteúdo para patentear que nunca foi solicitado o cancelamento da linha aqui versada.

Não o fez, porém, de sorte que se acolhe a explicação no particular ofertada pelo autor.

Como se não bastasse, não trouxe a ré aos autos um único indício que conferisse verossimilhança à tese de que o autor se utilizou de seus serviços e por isso deveria responsabilizar-se pelos correspondentes pagamentos.

Em consequência, reputa-se a ausência de lastro às cobranças dirigidas ao autor, inclusive quanto à fatura por ele quitada.

Prospera nesse contexto a pretensão deduzida para fins de declarar-se a inexigibilidade dos débitos em pauta e para a restituição do que foi pago autor sem que houvesse suporte para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Todavia, essa devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, não se aplicando assim a mencionada regra.

Quanto aos danos morais, reputo que estão configurados.

Isso porque o autor fez diversas reclamações à ré, cristalizadas nos protocolos de fl. 02, e diante da insistência dela chegou a dirigir-se ao PROCON local para que a pendência se resolvesse.

Não foi o que sucedeu, mas, ao contrário, a ré tentou negativar o autor pelo não pagamento de uma fatura, obrigando-o a implementar pagamento mesmo sem justificativa.

Vê-se que a ré teve inúmeras oportunidades para solucionar o problema, mas em vez disso insistiu em cobranças indevidas, causando portanto abalo de vulto ao autor como aconteceria com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

A situação posta ultrapassou em larga medida os meros dissabores inerentes à vida cotidiana e o simples descumprimento contratual, caracterizando os danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, entretanto, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos relativos à linha nº (16) 98226-9933 a partir de 26 de setembro de 2014, bem como para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 202,68, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2015 (época do pagamento de fl. 13), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**